

Secretaria de Estado de Saúde rebateu as denuncias feitas pelo representante da empresa Síntese Comercial Hospitalar

RBMT

A secretaria de Estado de Saúde por meio de nota a imprensa esclarece os fatos a respeito das denuncias feitas hoje na tribuna da camara miunicipal de Cuiabá , pelo representante da empresa Síntese Comercial Hospitalar, Frederico Aurelio Bisco,

Que afirmou que a secretária-adjunta da Saúde, Kelluby de Oliveira, autorizou o pagamento de empresas investigadas por formação de cartel na Secretaria Estadual de Saúde.

Frederico recordou que a Síntese Comercial Hospitalar LTDA teve o contrato de fornecimento de próteses rompido pela gestão da Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP) para beneficiar uma empresa administrada por médicos que operam, fiscalizam e encaminham os procedimentos para pagamento pela saúde da capital.

1 - O contrato com a empresa em questão não foi rescindido pelo Hospital Metropolitano ou pela SES. Houve mais de mil processos de pagamento emitidos pela Secretaria em nome da empresa entre 2019 e 2023;

2 - O Hospital Metropolitano suspendeu apenas o fornecimento para uma especialidade. A empresa seguiu prestando serviço e fornecendo materiais para todas as unidades hospitalares da SES;

3 - A empresa Síntese não era eficiente na entrega de materiais e, por essa razão, foi feita a adesão à ata da Medtrauma que, além dos serviços médicos, já englobava a oferta de órteses e próteses para uma especialidade do Hospital Metropolitano. A adesão à ata foi concretizada em outubro de 2022;

4 - A SES só foi notificada no dia 5 de maio de 2023 quanto à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que trata da adesão à ata e vai cumprir o que foi determinado pelo órgão de controle;

5 - Até outubro de 2022, a média de produção da ortopedia e traumatologia no Hospital Metropolitano era de 61 procedimentos cirúrgicos por mês. Após a substituição da empresa, a média mensal subiu para 290 cirurgias na referida especialidade.

6 - Todos os processos de pagamento da SES seguem o trâmite regular e são validados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).